

## **A PARADIPLOMACIA E MATO GROSSO DO SUL: O POTENCIAL DO ESTADO NO AMBIENTE INTERNACIONAL<sup>1</sup>**

Henrique Sartori de Almeida Prado<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo analisar e discutir a participação do Estado do Mato Grosso do Sul no ambiente internacional, através do instituto da paradiplomacia – atuação de governos subnacionais nas relações internacionais. Outro objetivo do artigo é demonstrar o envolvimento dos atores públicos e privados e da comunidade acadêmica na discussão do papel do Estado de Mato Grosso do Sul na temática e ainda, analisar a potencialidade deste ator subnacional no ambiente externo. Serão apresentados por fim, os resultados, as experiências e os relatos da atividade de extensão universitária promovida no ano de 2011, na Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

**PALAVRAS-CHAVE:** Governos Subnacionais; Paradiplomacia; Mato Grosso do Sul.

## **LA PARADIPLOMACIA Y MATO GROSSO DO SUL: EL POTENCIAL DEL ESTADO EN EL AMBIENTE INTERNACIONAL**

**RESUMEN:** El presente artículo tiene como objetivo analizar y discutir la participación del Estado del Mato Grosso do Sul en el ambiente internacional, a través del instituto de la paradiplomacia – actuación de los gobiernos subnacionales en las relaciones internacionales. Otro objetivo del artículo es demostrar la implicación de los actores públicos y privados y de la comunidad académica en la discusión del papel del Estado de Mato Grosso do Sul en la temática y aún, analizar la potencialidad de este actor subnacional en el ambiente externo. Serán presentados por fin, los resultados, las experiencias y los relatos de la actividad de extensión universitaria promovida en el año de 2011, en la Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

**PALABRAS CLAVE:** Gobiernos Subnacionales; Paradiplomacia; Mato Grosso do Sul.

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado no Encontro de Ensino, pesquisa e extensão – “Economia verde, sustentabilidade e erradicação da pobreza” – ENEP - UFGD. Dourados, outubro de 2012.

<sup>2</sup> Docente do Curso de Relações Internacionais da UFGD. Coordenador responsável do projeto de extensão “A paradiplomacia e Mato Grosso do Sul: o potencial do Estado no ambiente internacional”. Doutorando em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ). Mestre em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento pela PUC-Goiás. E-mail: [henriquesartori@ufgd.edu.br](mailto:henriquesartori@ufgd.edu.br)

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo é a apresentação do resultado da atividade de extensão proposta e desenvolvida no ano de 2011, intitulada “A paradiplomacia e Mato Grosso do Sul: o potencial do estado no ambiente internacional”, executada durante os meses de março a dezembro do ano supracitado. Esta atividade foi patrocinada pelo edital n.º 06/2010 PROEX/PIBEX, tendo como unidade de origem o curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados.

O projeto teve como objetivo estudar, discutir e analisar o processo de desenvolvimento político, econômico e social que acontece com os governos subnacionais, em especial o caso do Estado de Mato Grosso do Sul, apresentando nesta perspectiva, as raízes, os motivos e os interesses para a sua inserção internacional, além de discutir e esclarecer a questão da paradiplomacia, tanto para os agentes políticos e públicos, como para a comunidade empresarial e acadêmica.

Buscou-se ainda, levantar dados sobre a participação do Estado de Mato Grosso do Sul em discussões que envolvessem o objeto do projeto, verificando a participação do estado na balança comercial brasileira e seu potencial de produção e recepção de investimentos estrangeiros.

Este texto está estruturado em três partes desde a sua introdução. A seguir, será apresentada uma discussão teórica e pontual sobre paradiplomacia e atuação internacional de novos atores internacionais e, a partir de então, o texto irá abordar os resultados do projeto e seus desdobramentos.

## 2 PARADIPLOMACIA: BREVES APONTAMENTOS

A ascensão das relações transnacionais, de acordo com Robert Keohane e Joseph Nye (1981), produz cinco conseqüências para as relações interestatais: a promoção do pluralismo internacional através do relacionamento entre grupos de interesse nacionais e estruturas transnacionais; o advento da dependência e da interdependência com elementos que limitam a ação do Estado nacional; a criação de novos instrumentos de influência; o

surgimento de atores com política externa 'privada' e por fim, a mudança de atitude de atores dentro dos Estados;

Mesmo ainda sendo considerado como principal ator nas relações internacionais, os Estados Nacionais vem perdendo espaço no cenário mundial e não conseguem mais alcançar a capacidade da promoção plena do desenvolvimento, tanto no âmbito nacional como na esfera regional, provocando um fenômeno de transferência dessa capacidade para os governos subnacionais.

A consequência da emergência e o envolvimento desses entes subnacionais na formulação e na influência da política externa de um Estado nacional, faz nascer o instituto da paradiplomacia, ocorrendo, atualmente, uma crescente participação nas relações internacionais dos chamados governos subnacionais (estados-membros, províncias, regiões, länders, cantões, municípios, departamentos, entre outras denominações) e esses, por sua vez, vem participando em diferentes *locus*, principalmente nos campos da cooperação internacional e integração regional.

O que se discute, principalmente no caso de Estados estruturados pela via do federalismo (com o caso brasileiro), é o desafio de conciliar os interesses dos Estados federados e Municípios, com o interesse da unidade central na formulação de políticas externas (PRAZERES, 2004, p. 284) e a sua afirmação enquanto ator no mundo internacional.

Os governos subnacionais não podem ser tratados apenas como meros sujeitos de direito interno, - já que muitos estudiosos no tema consideram somente os Estados Nacionais detentores da capacidade e responsabilidade nas relações internacionais. Devem ser tratados como possuidores de capacidade decisória institucionalizada em seu território. De acordo com Tullo Vigevani e Luiz Eduardo Wanderley (2005, p. 11):

[...] os governos subnacionais são estruturas estatais. Portanto, sua incorporação ao processo da integração e da política internacional atinge a mesma natureza do Estado nacional, fazendo parte da própria adequação do Estado às mudanças em curso.

Os governos subnacionais não fazem somente uma atuação propositiva no sistema internacional. Eles representam interesses e têm por finalidade garantir benefícios para o conjunto da sociedade de um determinado território. Além do mais, são atores que agem em

função das pressões e demandas que surgem internamente e que ao mesmo tempo, possuem uma preocupação com a legalidade de sua ação (MARIANO; MARIANO, 2005 p. 149).

Com isso, os governos subnacionais buscam novos horizontes, até mesmo, meios para poder suprir suas necessidades. Na visão do cientista político Michael Keating (2000, p. 14)

[...] os governos nacionais colocam mais ênfase na competitividade nacional e menos no equilíbrio regional, deixando que os governos subestatais encham este vazio. Este declínio na função de mediação dos Estados acaba expondo as regiões mais diretamente aos efeitos da economia global, forçando-as a buscar oportunidades para atuar dentro dele, bem como dentro dos emergentes regimes transnacionais.

David Criekemans, afirma que “A diplomacia já não é privilégio do Estado-nação” (2006, p.3). A emergência de novos atores, principalmente os governos subnacionais, acabou por abrir um novo espaço nas relações internacionais. Nesta perspectiva, os governos subnacionais participam mais ativamente das decisões sobre política externa de um determinado Estado, ampliando sua capacidade de influência e decisão.

No início dos anos 90, do século XX, o pesquisador basco Panayotes Soldatos (1990, p. 35), em um estudo sobre a atuação dos governos subnacionais nas relações internacionais, cunhou o termo “paradiplomacia”, atribuindo esse termo “a atividade de política externa de uma unidade federativa.” Contudo, outra boa definição do que vem a ser paradiplomacia é dada por Noé Cornago Prieto (2004), que atribui:

[...] o envolvimento de governos não centrais nas relações internacionais mediante o estabelecimento de contatos permanentes e ad hoc, com entidades públicas ou privadas estrangeiras, com o objetivo de promoção socioeconômica e cultural, bem como de qualquer outra dimensão exterior nos limites de sua competência constitucional. Embora bastante contestado, o conceito de paradiplomacia não impossibilita a existência de outras formas de participação subnacional no processo da política externa, mais diretamente ligado ao departamento de relações exteriores de governos centrais, como assim chamada diplomacia federativa, tampouco impede o papel cada vez maior dos governos subnacionais nas estruturas de multicamadas para a governança regional ou mundial.

Neste contexto, isto caracteriza que os governos subnacionais “passem a vislumbrar a elaboração de novas políticas para as relações globalizadas” (RODRIGUES, 2008). Fato este que é facilmente traduzido no crescente envolvimento desses governos em feiras

internacionais, no processo de geminação/irmanamento de cidades, na participação de redes internacionais que estimulem a aproximação de entidades subnacionais e na busca de investimentos estrangeiros, agindo na captação de plantas industriais e oportunidades comerciais para as suas respectivas regiões. São nas unidades subnacionais que se negociam diretamente as condições de instalação, incentivos e investimentos, sobrepondo os entraves impostos pela burocracia da administração central do Estado.

Com isso, é cada vez mais frequente a busca das unidades subnacionais por novas frentes de desenvolvimento e fronteiras comerciais. As demandas dos setores produtivos internos dessas unidades pressionam por posturas de promoção, divulgação e aproximação comercial com outros mercados consumidores, sobretudo internacionais. A cooperação comercial, aliada as ações por melhorias no sistema de transporte e no escoamento da produção, se apresenta hoje como uma das principais bandeiras da agenda da paradiplomacia dos governos subnacionais.

Outra discussão premente na busca de um maior protagonismo internacional por parte das unidades subnacionais brasileiras é a promoção da cooperação descentralizada (CD). A cooperação descentralizada representa um novo conceito da dinâmica da cooperação internacional para o desenvolvimento sendo a União Européia<sup>3</sup> a primeira a inserir esta modalidade de cooperação em suas atividades.

Assim, a cooperação descentralizada pode ser definida como ações, atividades e programas de intercâmbio e cooperação que são estabelecidos entre atores subnacionais pertencentes a dois ou mais estados nacionais diferentes (BUENO, 2010).

Através desta modalidade de cooperação internacional<sup>4</sup> é possível imprimir uma nova dinâmica nas relações subnacionais internacionais e conseqüentemente colocar esses governos em contato direto, exercendo autonomia e servindo de marco da descentralização do poder estatal.

---

<sup>3</sup> Regulamento (CE) nº 1659/98 do Conselho, de 17 de julho de 1998, relativo à Cooperação Descentralizada.

<sup>4</sup> Esta modalidade de cooperação ganha cada vez mais espaço na agenda da política externa dos Estados, sobretudo, no caso brasileiro. Desde o ano de 2003, muitos programas, eventos e capacitações são promovidos no âmbito federal com o intuito de incentivar a participação de prefeituras e governos estaduais na promoção da cooperação descentralizada, contudo, a maior dificuldade dos governos subnacionais brasileiros encontra-se em modificar seu *status*. Mudar a condição de receptores para prestadores de cooperação (SALOMÓN, 2012, p.13).

Assim, a atuação internacional dos governos subnacionais, se mostra como um processo complexo e ao mesmo tempo como um fenômeno contemporâneo que opera em vários níveis dentro do sistema internacional.

No caso do Brasil, o traço centralizador da política externa na União é presente e é marca do federalismo brasileiro. Porém, as iniciativas por parte dos entes subnacionais são cada vez mais frequentes no âmbito internacional. Os governos subnacionais, vêm assumindo novos papéis e novas responsabilidades, criando estratégias de inserção internacional, aumentando a necessidade de adaptação das políticas domésticas à realidade internacional.

O Estado de Mato Grosso do Sul, mostra ser um ator que possui vantagens comparativas tanto do ponto de vista geográfico (localização, terreno e fronteiras) como no campo econômico (cadeia produtiva, indústria, comércio e oferta de serviços). Porém a iniciativa de inserção internacional do estado, em suas diversas frentes e a preparação de sujeitos para atuarem propositivamente nesta esfera se mostra fraca (apesar de algumas iniciativas) e com pouca informação, o que justificou a atividade de extensão.

### **3. A PROPOSTA DA ATIVIDADE DE EXTENSÃO**

Com o objetivo de levantar dados sobre a participação do Estado de Mato Grosso do Sul no plano internacional e construir um diálogo perene sobre paradiplomacia no meio acadêmico local, a atividade desenvolveu a proposta de um curso voltado à formação na área de atuação paradiplomática e à cooperação internacional descentralizada.

Durante o mês de setembro de 2011, desenvolveu-se na UFGD, o curso de formação em paradiplomacia com duração de quarenta horas-aula, agregando, um seminário sobre o tema. O curso e o seminário atenderam ao todo, 133 (cento e trinta e três pessoas), sendo 82 (oitenta e dois) estudantes de graduação, 13 (treze) componentes da equipe de execução da atividade e 38 (trinta e oito) participantes da sociedade civil, governos locais e do governo estadual.

O currículo do curso<sup>5</sup> abordou temas como: Introdução à paradiplomacia; Comércio, logística e dinâmica produtiva de Mato Grosso do Sul; Introdução à cooperação internacional e; Aspectos da Cooperação Internacional Descentralizada no Brasil.

O projeto contou ainda com as parcerias da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal da Grande Dourados – PROEX/UFGD, com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo – SEPROTUR, com a importante participação de diretores da Fundação Escola de Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, com a interlocução e participação do Centro Internacional de Negócios da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul – CIN/FIEMS e com o importante aporte da Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República – SAF-PR.

#### **4. RESULTADOS E DESDOBRAMENTOS DA ATIVIDADE**

A atividade conseguiu atingir amplamente seus objetivos, tanto pela capacitação da comunidade acadêmica local, quanto pela participação de atores públicos regionais, bem como se verificar os produtos gerados da ação de extensão.

Em relação aos produtos, podemos pontuar a assinatura de Termo de Cooperação Mútua firmado entre a UFGD e o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Fundação Escola de Governo de MS/ESCOLAGOV<sup>6</sup>, visando o desenvolvimento de competências dos servidores públicos na área de paradiplomacia e cooperação descentralizada, resultado da articulação da coordenação executora da atividade de extensão e da demanda apresentada à UFGD por parte do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul.

Outro importante desdobramento desta atividade está relacionado ao convite feito pela Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SAF-SRI-PR) à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), por intermédio do Curso de Relações Internacionais, em fazer parte do projeto *“Gobernanza Fronteriza: Fortalecimiento de las capacidades de los gobiernos*

---

<sup>5</sup> O curso contou com a importante e vital contribuição da Professora Doutora Lisandra Lamoso (FCH-UFGD), do Professor Doutor Alfa Oumar Diallo (FADIR-UFGD), do Sr. Alberto Kleiman (Presidência da República) na ministração das aulas e da Sra. Yeda Almeida Guimarães (Assesul-MS) no apoio da atividade.

<sup>6</sup> Resolução 163 de 24 de novembro de 2011 – COUNI/UFGD.

*departamentales y locales del Mercosur*”, do programa de Cooperação Internacional entre o Mercosul e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECID), que visa a capacitação de funcionários públicos para atuação internacional, compreendidas em cinco cidades de arcos de fronteira entre Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai. O projeto está em andamento, sendo previsto seu término para o ano de 2014 e conta com a UFGD como parte executora no arco de fronteira Brasil/Paraguai, mais especificamente, executando as atividades nas cidades gêmeas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.

Tudo isso, caracteriza o crescente interesse no objeto da atividade de extensão desenvolvida, tão quanto, reflete o interesse em articular o ensino, a pesquisa e a extensão nas ações curriculares e extracurriculares desenvolvidas no âmbito da Faculdade de Direito e Relações Internacionais.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida que os Estados nacionais não conseguem mais atender às expectativas e demandas de seus entes internos, estes buscam, no mundo externo, novas perspectivas de desenvolvimento e crescimento econômico. É uma verdade incontestável a participação de governos locais e regionais no cenário internacional.

Com isso, é cada vez maior a participação de governos subnacionais nas relações internacionais. Esses governos ainda enfrentam muitas dificuldades, pois a tradição política e jurídica interna, muitas vezes reluta em conferir a estes entes um status mais elevado na divisão de poder. Mesmo assim, constroem espaços de articulação e agem em busca de novas oportunidades e novos caminhos.

Outro fator da inserção internacional está focado na sua eficiência. A formação de quadros profissionais e a capacitação de servidores públicos para lidar com esta agenda apresentam-se como fundamental para o sucesso da empreitada internacional. O importante papel da comunidade acadêmica, mais especificamente da UFGD em protagonizar esta discussão, contribui para que o Mato Grosso do Sul aumente sua competência em gerir fluxos de cooperação e investimentos internacionais.

É possível considerar que o Mato Grosso do Sul é um ente federativo brasileiro privilegiado para a atuação externa. A influência da fronteira com o Paraguai e com a Bolívia na cultura da população e a posição geográfica são pontos estratégicos à internacionalização. De igual forma, o seu papel de produtor e exportador de commodities<sup>7</sup>, aliado ao seu potencial logístico e sua dinâmica produtiva, são fatores que contribuem para sua inserção positiva no mundo.

Na dimensão institucional e administrativa, apesar de ainda não contar com uma Secretaria de Estado especializada no tema, tampouco possuir em funcionamento pleno uma assessoria especial de relações internacionais, a estrutura organizacional do poder executivo estadual apresenta dois ambientes que abarcam esta discussão: o Conselho Extraordinário de Relações Nacionais e Internacionais para o Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso do Sul – CONEX e a Assessoria para os Assuntos do Conselho de Desenvolvimento e Integração – ASSESUL, ambos ambiente ligados à estrutura da Governadoria<sup>8</sup>.

Por outro lado, o Mato Grosso do Sul, participa de importantes foros de discussão subnacional como o ZICOSUL (Zona de Integração do Centro-Oeste da América do Sul (ZICOSUL) e o Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (CODESUL), colocando-se à frente de muitos outros Estados-Membros brasileiros neste processo de atuação e articulação internacional.

Assim, a situação político-institucional, o posicionamento estratégico do estado, os fatores produtivos, a presença marcante das organizações da sociedade civil na promoção dos investimentos externos e a forte ligação cultural com os países fronteiriços, facilitam a integração regional e a internacionalização, fazendo com que o Mato Grosso do Sul possua um campo muito propício para a inserção internacional.

---

<sup>7</sup> De acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)/SECEX, o Estado de Mato Grosso do Sul, no acumulado dos meses de Janeiro a Novembro de 2012, aumentou em 5,63% suas exportações em comparação com o mesmo período do exercício anterior (2011). Produtos como soja, açúcar, carne bovina, pasta de madeira, milho, minério de ferro, carne de frango, farelo de soja, óleo de soja e couro estão entre os itens mais negociados aos países estrangeiros. China (23,62%), Argentina (8,38%), Rússia (7,02%), Irã (4,36%) e Holanda (3,88) são os principais países de destino. No agregado com outros estados da federação, o Mato Grosso do Sul ocupa o 12.º lugar entre os Estados-Membros que mais venderam no exercício de 2011, com mais de US 3.9 bilhões exportados (FOB), não variando sua posição entre o período de Janeiro-Junho de 2012.

<sup>8</sup> Decreto Estadual N.º 12.223, de 01 de Janeiro de 2007 e Lei Estadual N.º 3.345 de 22 de Dezembro de 2006. No caso do Conselho Extraordinário de Relações Nacionais e Internacionais do Estado de Mato Grosso do Sul (CONEX), o seu presidente terá 'status' de Secretário Especial de Estado (art. 4.º do decreto 12.223 e art. 16 da Lei 3.345).

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). **Balança Comercial brasileira. Dados Consolidados ano de 2011 (Jan-Dez)**. Mato Grosso do Sul. Disponível em: [http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl\\_1331125742.pdf](http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1331125742.pdf). Acesso em: 13 de janeiro de 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) **Balança Comercial brasileira. Dados Consolidados ano de 2012 (Jan-Jun)**. Mato Grosso do Sul. Disponível em: [http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl\\_1349207864.pdf](http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1349207864.pdf). Acesso em: 13 de janeiro de 2013.

BUENO, Ironildes. **Paradiplomacia Contemporânea: trajetórias e tendências da atuação internacionais dos governos estaduais do Brasil e dos EUA**. Brasília. UNB, 2010. (Tese de Doutorado).

CORGANO PRIETO, Noé. O outro lado do novo regionalismo pós-soviético e da Ásia-Pacífico: a diplomacia federativa além das fronteiras do mundo ocidental. In: VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luiz Eduardo; BARRETO, M. Inês e MARIANO, P. (orgs). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC; UNESP/EDUSC, 2004. p. 251-282.

CRIEKEMANS, David. **How subnational entities try to develop their own diplomacy. The case of Flanders (1993-2005)**. International Conference. Challenges of Foreign Ministries: Making Diplomatic Networks and optimising value. Genebra, 31 maio - 01 junho, 2006.

KEATING, Michael. Regiones y asuntos internacionales: motivos, oportunidades y estratégias. In: ALDECOA, Francisco e KEATING, Michael (eds.) **Paradiplomacia: las relaciones internacionales de las regiones**. Madrid: Marcial Pons/Ediciones jurídicas y soviales, 2000. p. 11-28.

KEOHANE, Robert O. e NYE JR.; Joseph S. **Transnational relations and world politics**. Cambridge: Harvard. University Press, 1981.

MARIANO, Marcelo Passini; MARIANO, Karina L. Pasquariello. Governos subnacionais e integração regional: considerações teóricas. In: WANDERLEY. Luiz Eduardo e VIGEVANI,

Tullo (orgs). **Governos subnacionais e sociedade civil: Integração regional e Mercosul.** São Paulo: EDUC; Fundação Editora da UNESP; FAPESP, 2005. p.131-160.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (SEPROTUR). **Desempenho do Comércio Exterior de Mato Grosso do Sul - Janeiro/Novembro de 2012.** Disponível em: <http://www.unisite.ms.gov.br/unisite/control/ShowFile.php?id=123361>. Acesso em: 13 de janeiro de 2013.

PRAZERES, Tatiana. Por uma atuação constitucionalmente viável das unidades federadas brasileiras ante os processos de integração regional. In: VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luiz Eduardo; BARRETO, M. Inês e MARIANO, P. (orgs). **A dimensão subnacional e as relações internacionais.** São Paulo: EDUC; UNESP/EDUSC, 2004, p. 283-312.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. Relações internacionais federativas no Brasil. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 1015-1034, 2008.

SALOMÓN, Mónica. Em que medida é possível integrar a Cooperação Descentralizada na dimensão Sul-Sul da política externa brasileira? **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, ano III, n.º 2, p. 9-15, 2012.

SOLDATOS, P. An Explanatory Framework for the study of Federated States as Foreign Policy Actors. In: MICHELMANN, H; SOLDATOS. **Federalism and International Relations. The role of subnational Units.** Oxford: Clarendon Press, 1990, p. 34-53.

WANDERLEY, Luiz Eduardo e VIGEVANI, Tullo (orgs). **Governos subnacionais e sociedade civil: integração regional e Mercosul.** São Paulo: EDUC; UNESP; FAPESP, 2005.